

**AO MUNICÍPIO DE LEME/SÃO PAULO**

Aos cuidados do Sr. (a) Pregoeiro (a)

**Concorrência Eletrônica nº. 011/2025**  
**Processo Administrativo nº. 5.200/2025**

**CONSTRUTORA REMO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 18.225.557/0001-96, com sede na Avenida Francisco Sales nº. 1.838, bairro São Lucas, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.150-220, vem, à presença de V.Sa., nos termos do art. 164 da Lei 14.133/21 e Item 4.1 do edital, apresentar sua **IMPUGNAÇÃO** ao Edital de Licitação do Concorrência Eletrônica nº. 011/2025, pelas razões a seguir expostas:

**1 – TEMPESTIVIDADE**

A Prefeitura do Município de Leme tornou público o Edital de Licitação, na modalidade Concorrência Eletrônica nº. 011/2025, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em engenharia elétrica para execução de serviços de modernização e efficientização do sistema de iluminação pública do município de Leme/SP.

No item 4.19.3 do instrumento convocatório e em consonância com o art. 164 da Lei 14.133/21, ficou estabelecido que o pedido de impugnação contra irregularidade na aplicação da Lei 14.133 de 2021, deve ser protocolado em até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.



4.19.3. Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá formular impugnações contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada, por meio do próprio site que opera a disputa.

A sessão pública foi agendada para o dia 18/08/2025.

Para a contagem dos prazos de impugnação ao edital, deve-se desconsiderar o dia de início, que corresponde à data de abertura do certame, e incluir o dia do vencimento.

Logo, uma vez que se exclui a data de início (18/08/2025), o prazo final para apresentação da impugnação (até 03 dias), **ocorrerá em 13/08/2025**, pois o dia do vencimento também é incluído.

Pelo exposto, considera-se o prazo fatal para apresentação da presente impugnação em 13/08/2025, portanto, **tempestiva**.

## **2 - MÉRITO DA IMPUGNAÇÃO**

O edital de licitação é um ato administrativo vinculado, ou seja, espécie de ato administrativo ao qual a lei estabelece requisitos e condições para sua realização. Esse é também um reflexo do princípio da legalidade ao qual se acha adstrita a Administração Pública.

Assim, na prática de atos vinculados o Administrador Público não pode agir discricionariamente, mas deverá sujeitar-se às estipulações legais ou regulamentares, e delas não poderá afastar ou desviar sem viciar irremediavelmente a ação administrativa. Nesse sentido é a lição do saudoso doutrinador Hely Lopes Meirelles<sup>1</sup>:

"Atos vinculados ou regradados são aqueles para os quais a lei estabelece os requisitos e as condições de sua realização. Nessa categoria de atos, as imposições legais absorvem, quase que por completo, a liberdade do administrador, uma vez que sua ação fica adstrita aos pressupostos estabelecidos pela norma legal para a validade da atividade administrativa. Desatendido qualquer requisito, compromete-se a eficácia do ato praticado, tornando-se passível de anulação pela própria Administração, ou pelo Judiciário, se assim requerer o interessado."

<sup>1</sup> *Direito Administrativo Brasileiro* – 24ª edição. São Paulo: Editora Malheiros, 2000, p.149.



Seguindo tais premissas, a Lei nº 14.133/21 estipulou não só a forma sob a qual devem ser elaborados os editais de licitação como também quais as exigências podem nele estar contidas.

Em razão disso, não cabe ao Administrador optar pela inclusão, ou não, de certas cláusulas editalícias, ou acrescentar cláusulas não autorizadas pela Lei, sob pena de infringir uma imposição legal que restringe a sua liberdade de atuação.

Feitas essas considerações, passa-se à análise das exigências consignadas no instrumento convocatório em apreço.

## **2.1 – AGLUTINAÇÃO DE OBJETOS DE NATUREZAS DISTINTAS - ILEGALIDADE**

A Lei nº 14.133/2021 admite a exigência de visita prévia quando esta for imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto, podendo o edital prever a necessidade do licitante atestar que conhece o local e as condições de execução, devendo, todavia, conter também a previsão da possibilidade de substituição da vistoria por uma declaração formal nesse sentido.

O edital desta licitação contém aglutinação de 2 (dois) serviços distintos, quais sejam: (i) Serviços de instalação, manutenção e distribuição elétrica, (ii) Serviços de comunicação e telegestão e outras tecnologias, por meio da exigência do poste multifuncional, conforme se depreende da tabela incluída no item 4.11.1.13 do edital:

Avaliação do Poste Multiplicação	Item	Descrição dos Itens	Pontos
	1	Possui 01 luminária de LED entre os modelos ofertados	1,25 ponto
	2	Possui 01 tela plana colorida para difusão de informações da prefeitura ou conteúdo publicitário	1,25 ponto
	3	Possui 01 tela plana para difusão de informações climáticas: no mínimo temperatura e umidade relativa do ar	1,25 ponto
	4	Possui 01 roteador wi-fi	1,25 ponto
	5	Possui 01 câmera de monitoramento	1,25 ponto
	6	Possui 01 dispositivo videofone de comunicação integrada (botão de emergência) com sistema de comunicação por voz e vídeo	1,25 ponto
	7	Possui 01 disponibilidade para dispositivo de carregamento de automóveis elétricos	1,25 ponto
	8	Possui Certificação de Grau de Proteção mínimo IP65 (componentes externos)	1,25 ponto
Total			10 pontos

Como é cediço, o poste de multiaplicações incorpora tecnologias como conectividade Wi-Fi, sistema de monitoramento por câmeras, sensores meteorológicos e pontos de recarga para veículos elétricos, os quais não integram o escopo das obras relacionadas à rede de distribuição elétrica

Nesse ponto, destaca-se que o escopo técnico referente às obras de rede compreende exclusivamente o fornecimento e instalação de postes de concreto ou aço, luminárias, braços, transformadores, entre outros componentes específicos desse sistema.

A exigência de serviços de naturezas distintas – em um único processo de licitação – fere o caráter competitivo do certame, pois, assim como a impugnante, diversas são as empresas no mercado com grande *expertise apenas* no fornecimento de serviço de iluminação pública e rede elétrica.

Não há como a Administração Pública pretender alcançar o melhor preço e a melhor proposta exigindo que uma empresa preste o serviço do qual ela é especialista juntamente com outro objeto que não faz parte do rol de suas atividades.

Em analogia meramente elucidativa, a aglutinação contida neste edital equivale a incluir em um certame de locação veículos a exigência de fretamento de ônibus para transporte de passageiros. Sim, as atividades guardam alguma semelhança entre si, mas quem está apto a locar veículos não está automaticamente autorizado a fretar ônibus.

Aglutinar serviço de iluminação pública com serviços tecnológicos fere os princípios da Isonomia e da competitividade, ambos previstos no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, pois limita a participação de potenciais interessados em apresentar propostas.

A necessidade de divisão do objeto está sedimentada na jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) por meio **Súmula nº 247**:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam

P



fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade (Acórdão 1.782/2004 – plenário).

A Nova Lei de Licitações deu importância ao parcelamento do objeto da contratação e, apesar de não tratar esse tema especificamente na subseção de obras e serviços de engenharia, não há dúvidas que a lógica deve ser aplicada.

Agrupar as duas atividades, **quando sua própria natureza permite o fracionamento**, além de reduzir a competitividade da licitação, não se revela como uma alternativa economicamente viável e vantajosa à Administração Pública.

Assim, é necessária a retificação do edital, para que sejam excluídas desta licitação as frações relacionadas aos serviços de multiaplicações.

No âmbito da jurisprudência pátria, cita-se uma decisão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o qual suspendeu um edital de licitação, por entender que este apresentou aglutinação de serviço de iluminação pública, usina fotovoltaica e serviços de comunicações, veja-se:

O certame tem três objetivos: operação e manutenção do sistema de iluminação pública; implantação, operação e manutenção da infraestrutura de telecomunicações e de uma usina fotovoltaica.

A unidade técnica - que tem entre suas atribuições a análise prévia e concomitante dos editais de licitação lançados pelos municípios - apontou a ocorrência de duas irregularidades capazes de restringir a competitividade na Concorrência Pública nº 5/2022 e aumentar injustificadamente o valor pago à empresa vencedora.

Uma delas foi a falta de parcelamento do objeto da licitação. Agrupando três projetos - iluminação pública, usina fotovoltaica e telecomunicações - em um único certame, a administração municipal corre o risco de afastar potenciais interessados. Isso porque poucas empresas atuam simultaneamente nesses ramos e não é comum a formação de consórcios<sup>2</sup>.

Conforme demonstrado, aglutinar serviços de naturezas distintas fere o caráter competitivo do certame, pois, para o objeto desta licitação, os

<sup>2</sup> <https://www1.tce.pr.gov.br/noticias/tce-pr-suspende-licitacao-de-quatro-barras-para-parceria-publico-privada/10191/N>

serviços devem se limitar à substituição/instalação de luminárias, relés e braços, conforme descrito nos itens 1.1 a 2.5 da planilha constante na página 129 do Termo de referência.

Ante o exposto, pede-se que o edital seja alterado para excluir a exigência dos postes de multiplicações, devendo permanecer apenas os serviços de instalação e manutenção de energia elétrica.

### **3 – DOS PEDIDOS**

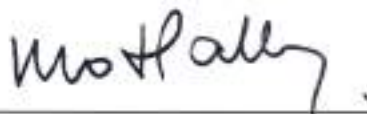
Diante do exposto, considerando que a presente impugnação é **tempestiva**, requer o seu acolhimento para:

1 – Que seja alterado o edital, para que seja excluído o serviço referente à instalação de postes de multiplicações, devendo permanecer apenas os serviços de instalação e manutenção de energia elétrica, conforme descrito nos itens 1.1 a 2.5 da planilha constante na página 129 do Termo de referência.

Requer, ainda, **a suspensão da presente licitação, e, após sanadas as inconsistências aqui suscitadas, seja republicado o edital.**

Termos em que,  
Pede deferimento.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2025.



**CONSTRUTORA REMO LTDA.**

CNPJ nº 18.225.557/0001-9

Rafael Rezak Mohallem – Diretor Comercial

CPF – 001.394.046-51





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/346.231-2	SPP2530653924	27/05/2025

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
068.578.016-30	IGOR MACIEL DE SIMONI ORLANDI
001.394.046-51	RAFAEL REZEK MOHALLEM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 12793361 em 05/06/2025 da Empresa CONSTRUTORA REMO LTDA, Nire 31200829195 e protocolo 253462312 - 04/06/2025. Efeitos do registro: 23/05/2025. Autenticação: EFFA27E034A9738E3699C625DA647259DFEF1854. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/346.231-2 e o código de segurança tJna Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/06/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.





**58ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL  
CONSTRUTORA REMO LTDA  
CNPJ/MF n.º 18.225.557/0001-96  
NIRE n.º 31200829195**

**B.L.I. EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.631.542/0001-16, com sede na Rua Dr. Plínio de Moraes, n.º 27, Cidade Nova, Belo Horizonte/MG, CEP. 31.170-170, neste ato, representada por seus sócios Igor Maciel de Simoni Orlandi, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, empresário, portado da RG n.º MG-10.213.778, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o n.º 068.578.016-30; e Bruno Maciel de Simoni Orlandi, brasileiro, solteiro, nascido em 14/10/1975, empresário, portador da RG n.º M 5.568.596, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o n.º 002.321.196-27; todos com endereço comercial na Av. Francisco Sales, n.º 1.838, 1º andar, Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG, CEP. 30.150-228; e

**MOHALLEM PARTICIPAÇÕES LTDA**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 52.638.508/0001-13, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG, sob o NIRE n.º 31214551615, com sede na Av. Francisco Sales, n.º 1838, sala 301, Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG, CEP. 30.150-228, neste ato representada por seu sócio Sérgio Mohallem, brasileiro, nascido em 26/06/1945, casado pelo regime de comunhão universal, engenheiro, portador da RG n.º MG-1974598, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o n.º 102.478.906-34, residente e domiciliado à Av. Celso Porfírio Machado, n.º 780, Belvedere, Belo Horizonte/MG, CEP. 30.320-400.

Únicos sócios da **CONSTRUTORA REMO LTDA**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 18.225.557/0001-96, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG, sob o NIRE n.º 31200829195, com sede na Av. Francisco Sales, n.º 1838, 1º andar, Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG, CEP. 30.150-228, pelo presente instrumento particular, resolvem proceder à 58ª Alteração e consolidar o Contrato Social da Sociedade, nos termos que adiante se seguem.

## **1. INCLUSÃO DE NOVA FILIAL**

**1.1.** Os sócios aprovam a inclusão da nova filial que terá localização no seguinte endereço:

**Rodovia MG428, Km 102, s/n, Zona Rural, Rifaina/SP, CEP 14.490-001**

## **2. CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

**2.1.** As sócias aprovam as alterações acima, ficando o Contrato Social consolidado e passando a vigorar da seguinte forma:



**CONSOLIDAÇÃO DA 58ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL DA CONSTRUTORA REMO LTDA CNPJ/MF n.º 18.225.557/0001-96 NIRE n.º 31200829195**

**B.L.I. EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.631.542/0001-16, com sede na Rua Dr. Plínio de Moraes, n.º 27, Cidade Nova, Belo Horizonte/MG, CEP. 31.170-170, neste ato, representada por seus sócios Igor Maciel de Simoni Orlandi, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, empresário, portado da RG n.º MG-10.213.778, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o n.º 068.578.016-30; e Bruno Maciel de Simoni Orlandi, brasileiro, solteiro, nascido em 14/10/1975, empresário, portador da RG n.º M 5.568.596, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o n.º 002.321.196-27; todos com endereço comercial na Av. Francisco Sales, n.º 1.838, 1º andar, Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG, CEP. 30.150-228; e

**MOHALLEM PARTICIPAÇÕES LTDA**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 52.638.508/0001-13, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG, sob o NIRE n.º 31214551615, com sede na Av. Francisco Sales, n.º 1838, sala 301, Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG, CEP. 30.150-228, neste ato representada por seu sócio Sérgio Mohallem, brasileiro, nascido em 26/06/1945, casado pelo regime de comunhão universal, engenheiro, portador da RG n.º MG-1974598, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o n.º 102.478.906-34, residente e domiciliado à Av. Celso Porfírio Machado, n.º 780, Belvedere, Belo Horizonte/MG, CEP. 30.320-400.

Únicas sócias da **CONSTRUTORA REMO LTDA**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 18.225.557/0001-96, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG, sob o NIRE n.º 31200829195, com sede na Av. Francisco Sales, n.º 1838, 1º andar, Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG, CEP. 30.150-228, resolvem consolidar seu Contrato Social, que passará a reger-se pelo que está contido nas cláusulas seguintes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FORO**

A Sociedade gira sob a denominação social de **CONSTRUTORA REMO LTDA**, com foro e sede na Av. Francisco Sales, n.º 1838, 1º andar, Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG, CEP. 30.150-228.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO SOCIAL**

A sociedade tem por finalidade os serviços de locação de veículos, mão de obra, máquinas e equipamentos; engenharia em geral, abrangendo o ramo de Engenharia Elétrica, compreendendo projetos, estudos, cálculos, consultas e execução de obras, referentes à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, equipamentos, materiais e máquinas



elétricas, sistemas de medição e controles elétricos, a representação de artigos correlatos, bem como o ramo de Engenharia Civil, compreendendo o planejamento, elaboração e execução de projetos de obras e serviços, incorporação, administração e empreitadas; serviços de inspeções aéreas (com utilização de aeronave própria ou de terceiros, alugada ou arrendada) e/ou terrestre em instalações do sistema elétrico de geração e transmissão de energia, treinamento e aprimoramento da capacitação técnica de pessoal, prestação de serviços gerais de limpeza e coleta de lixo de qualquer natureza; manutenção em redes de distribuição, linhas de transmissão e subestações de energia; gestão de ativos de iluminação pública, bem como a construção, manutenção e efficientização e cadastro georreferenciado de sistemas de iluminação pública; montagem e manutenção de equipamentos hidráulicos; a atividade de teleatendimento (call center); desenvolvimento de programas de computador (softwares); atividades de Iluminação Pública e instalação e manutenção elétrica.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS FILIAIS, DEPÓSITOS E ESCRITÓRIOS**

A sociedade, de comum acordo entre os sócios, poderá abrir e extinguir filiais, depósitos ou escritórios em qualquer parte do território nacional, a qualquer tempo e onde convenha aos seus interesses, respeitando as restrições da lei.

**Parágrafo único:** A sociedade tem filial na cidade de Sorocaba – estado de São Paulo – na Rodovia Raposo Tavares, km 107,5 – bairro Ipanema do Meio – CEP 18001-974 inscrita no CNPJ/F sob o n.º 18.225.557/0005-10 e NIRE 0090002598-1, tem Depósito Fechado, denominado <Centro de Apoio=, na cidade de Contagem – estado de Minas Gerais – na av. Uruguai n.º 55 – Bairro Industrial – CEP 32230-100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 18.225.557/0004-39 e NIRE 3190070168-0; filial na cidade de Atibaia – estado de São Paulo – a Rua Belém do Pará, n.º 169, Bairro Recreio do Estoril CEP 12.944-120, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 18.225.557/0008-62 e NIRE 3590044908-9; filial na cidade de Contagem estado de Minas Gerais – rua Dona Maria Margarida n.º 280 A – Bairro Amazonas – CEP 32.240-000 e NIRE 3190082919-5; filial na cidade de Itajubá – estado de Minas Gerais rua Ismael Pinto de Noronha, n.º 72, Galpão 3, Bairro Nossa Senhora de Fátima, CEP. 37.502-508 inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 18.225.557/011-68 e NIRE 3190260657-9; e filial na cidade de Patrocínio – estado de Minas Gerais, na Avenida Marciano Pires, n.º 2695, Bairro Matinha, Cidade de Patrocínio/MG, CEP. 38.742-158 CNPJ/MF sob o n.º 28.225.557/0012-49 e NIRE 3190260658-7 e filial na cidade de Marechal Cândido Rondon estado do Paraná – na Avenida Rio Grande do Sul, n.º 3333, Lote 83/84 B, bairro Industrial II, CEP. 85.960-000 CNPJ/MF 18.225.557/0013-20 e NIRE 4190192507-5; filial na cidade de Belo Horizonte – Estado de Minas Gerais, anel Rodoviário Celso Mello Azevedo, n.º 15.300, bairro Alto Caiçaras, CEP. 30.750-920; filial na Avenida Marciano Pires, n.º 2.627, Bairro Belvedere, Patrocínio/MG, CEP. 38.742.158; filial na Avenida Araguaia, s/n, Centro, Floresta do Araguaia/PA, CEP. 68.543-000 e filial na Rodovia MG428, Km 102, s/n, Zona Rural, Rifaina/SP, CEP 14.490-001.





#### CLÁUSULA QUARTA - DO CAPITAL SOCIAL

O Capital Social é de R\$16.191.060,00 (dezesesseis milhões cento e noventa e um mil e sessenta reais), dividido em 16.191.060 (dezesesseis milhões cento e noventa e um mil e sessenta) cotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, subscritas e integralizadas pelas Sócias na proporção seguinte:

Sócio	Cotas	Valor	%
MOHALLEM PARTICIPAÇÕES LTDA	8.095.530	R\$8.095.530,00	50
B.L.I. EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA	8.095.530	R\$8.095.530,00	50
<b>Total</b>	<b>16.191.060</b>	<b>R\$16.191.060,00</b>	<b>100</b>

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

A responsabilidade dos sócios é, na forma da lei, limitada ao total do capital social subscrito e integralizado.

**Parágrafo único:** Os administradores não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por ser encontrados sob efeitos dela a pena que deve, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade (Art. 1.011, §1º, Código Civil/2002).

#### CLÁUSULA SEXTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

A Administração da sociedade está a cargo do não sócio **Rafael Rezek Mohallem**, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, engenheiro inscrito sob o CPF n.º 001394.046-51, portador da carteira de identidade n.º M-6.073.693, SSP/MG, com endereço comercial na Av. Francisco Sales, n.º 1838, sala 301, Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG, CEP. 30.150-228; e do não sócio **Igor Maciel de Simoni Orlandi**, brasileiro, casado em separação total de bens, empresário, portador da RG n.º MG-10.213.778, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o n.º 068.578.016-30, com endereço comercial na Av. Francisco Sales, n.º 1838, sala 301, Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG, CEP. 30.150-228, ambos sob a denominação de Diretores, percebendo remuneração mensal fixada de comum acordo, a título de *pró-labore*.

**Parágrafo único:** Todos os documentos e papéis que envolvam responsabilidade financeira para a sociedade serão assinados individualmente por um dos dois administradores, com exceção dos que envolvam a venda ou ônus de propriedade imobiliárias, veículos, equipamentos e demais bens patrimoniais, os quais serão assinados conjuntamente pelos dois administradores.



## **CLÁUSULA SÉTIMA - DA DURAÇÃO E DO INÍCIO DAS ATIVIDADES**

A duração da sociedade é por tempo indeterminado, tendo iniciado suas atividades em 15 de maio de 1974.

## **CLÁUSULA OITAVA - DA RETIRADA DA SOCIEDADE**

No caso em que um dos sócios queira retirar-se da sociedade, ou alienar parte de suas cotas, deverá comunicar tal fato ao sócio remanescente, com 90 (noventa) dias de antecedência, ficando este com a prioridade e preferência, em igualdade de preços, para adquirir as cotas do sócio retirante. O sócio remanescente terá um prazo de 10 (dez) meses para efetuar o pagamento ao sócio retirante em importâncias mensais iguais e sucessivas, acrescidas de juros de 12% a.a. (doze por cento ao ano) e correção monetária fixada em consonância com os índices oficiais de inflação.

## **CLÁUSULA NONA - DO AFASTAMENTO E DA SUBSTITUIÇÃO**

No caso de falecimento ou afastamento permanente de qualquer cotista, os herdeiros maiores terão o direito de substituí-lo na sociedade, mediante a respectiva alteração contratual. Na impossibilidade dos herdeiros em substituí-lo, poderá ser indicado por estes de comum acordo com o sócio remanescente, um preposto ou procurador, com os mesmos poderes do sócio ausente na administração da sociedade, os haveres do *de cujus*, compreendendo cotas de capital, créditos e contas correntes e sua parte nos lucros líquidos, apurados em balanço especial e com valores atualizados, serão pagos pela sociedade, ou pelo sócio remanescente, aos herdeiros, em 12 (doze) prestações iguais e sucessivas, acrescidas de juros de 12% a.a. (doze por cento ao ano) e correção monetária fixada em consonância com os índices oficiais de inflação.

**Parágrafo primeiro:** O falecimento de qualquer cotista não dissolverá a sociedade.

**Parágrafo segundo:** Os valores a serem realizados, mencionados no *caput* desta cláusula, são os referentes aos ativos permanentes, com tais as imobilizações de terrenos, edifícios, equipamentos e demais bens, inclusive os estoques e almoxarifados, mediante avaliação idônea e específica.

**Parágrafo terceiro:** Os prepostos ou procuradores nomeados por herdeiros, na forma desta cláusula, somente poderão efetuar a venda ou alienação de bens da sociedade com prévia autorização por escrito dos herdeiros, obedecendo-se ainda ao disposto no parágrafo único da cláusula sexta (assinatura em conjunto dos dois administradores).



## **CLÁUSULA DÉCIMA - DO ANO COMERCIAL**

O ano comercial compreende-se entre o dia 1<sup>a</sup> de janeiro e o dia 31 de dezembro, data em que sei levantado o Balanço Patrimonial com a Demonstração do Resultado do Exercício da sociedade e os lucros e perdas líquidos ali apurados serão partilhados aos sócios na proporção de suas cotas, ou, a critério dos sócios, poderão ficar em suspenso para posterior aumento de capital, no todo ou em parte.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ABSTENÇÕES**

É defeso aos sócios usarem a razão social da sociedade em negócios particulares ou estranhos sociedade, tais como abonos, avais, endossos de favor, fianças e outros semelhantes, bem como em cartas de apresentação ou empenhos pessoais sem sentido societário.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO**

Os casos omissos do presente contrato serão dirimidos pela legislação em vigor, no foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com renúncia expressa de qualquer outro, ainda que legalmente privilegiado.

Por assim estarem os sócios justos e contratados, assinam a presente alteração e o contrato social consolidado após a 58<sup>a</sup> (quinquagésima oitava) alteração.

E, por estarem assim justos e contratados, lavram este instrumento em via única, que será assinada por todos os sócios, sendo as primeiras vias arquivadas na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e as demais devolvidas aos contratantes depois de anotadas.

Belo Horizonte/MG, 14 de abril de 2025.







# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/346.231-2	SPP2530653924	27/05/2025

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
068.578.016-30	IGOR MACIEL DE SIMONI ORLANDI
001.394.046-51	RAFAEL REZEK MOHALLEM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 12793361 em 05/06/2025 da Empresa CONSTRUTORA REMO LTDA, Nire 31200829195 e protocolo 253462312 - 04/06/2025. Efeitos do registro: 23/05/2025. Autenticação: EFFA27E034A9738E3699C625DA647259DFEF1854. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/346.231-2 e o código de segurança tJna Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/06/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.





Ministério da Economia  
Secretaria de Governo Digital  
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração  
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais  
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

## Relatório de Filiais Abertas

Informamos que, do processo 25/346.231-2 arquivado nesta Junta Comercial sob o número 12793361 em 05/06/2025 da empresa 3120082919-5 CONSTRUTORA REMO LTDA, consta a abertura da(s) seguinte(s) filial(ais):

NIRE	CNPJ	ENDEREÇO
3592034854-7	18.225.557/0017-53	RODOVIA MG 428 - KM 102 S/N - BAIRRO ZONA RURAL CEP 14490-001 - RIFAINA/SP

5 de jun. de 2025



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 12793361 em 05/06/2025 da Empresa CONSTRUTORA REMO LTDA, Nire 31200829195 e protocolo 253462312 - 04/06/2025. Efeitos do registro: 23/05/2025. Autenticação: EFFA27E034A9738E3699C625DA647259DFEF1854. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/346.231-2 e o código de segurança tJna Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/06/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.



pág. 10/12



## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa CONSTRUTORA REMO LTDA, de NIRE 3120082919-5 e protocolado sob o número 25/346.231-2 em 04/06/2025, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 12793361, em 05/06/2025. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Roberto Sylvio Nadalin Junior.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
001.394.046-51	RAFAEL REZEK MOHALLEM
068.578.016-30	IGOR MACIEL DE SIMONI ORLANDI

### Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
068.578.016-30	IGOR MACIEL DE SIMONI ORLANDI
001.394.046-51	RAFAEL REZEK MOHALLEM

Belo Horizonte. quinta-feira, 05 de junho de 2025



Documento assinado eletronicamente por Roberto Sylvio Nadalin Junior, Servidor(a) Público(a), em 05/06/2025, às 13:59 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://www.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 25/346.231-2.







# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

o ato foi deferido pelo decisor singular/turma e cancelado mediante certificado digital pelo(a) Secretário(a)-Geral:

Identificação do(s) Assinante(s)
Nome
MARINELY DE PAULA BOMFIM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte. quinta-feira, 05 de junho de 2025



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 12793361 em 05/06/2025 da Empresa CONSTRUTORA REMO LTDA, Nire 31200829195 e protocolo 253462312 - 04/06/2025. Efeitos do registro: 23/05/2025. Autenticação: EFFA27E034A9738E3699C625DA647259DFEF1854. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/346.231-2 e o código de segurança tJna Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/06/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.





PODER JUDICIÁRIO - JMG - COMISSARIA DE JUSTIÇA

1º Cartório de Notas de Vespasiano  
Autentico este documento, composto de 1 folha(s), por mim rubricada(s), numerada(s) e carimbada(s), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.  
Vespasiano, 14/05/2024 09:11:30 10022

SELO DE CONSULTA: H8138710  
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 9391.7607.5476.1749  
Quantidade de atos praticados: 1

Ato(s) praticado(s) por:  
SAULO WASLEY DE RESENDE - ESCRIVENTE  
R\$57,56 R\$50,44 TARSÍO LINSO,22 Total:R\$10,22  
Consulte a validade deste selo no site: <http://selo.jmg.jus.br>

QR CODE

Nº DA ETIQUETA: AC3208435

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

NÚMERO: MG-10.213.778 DATA: 03/08/2016

NOME: IGOR MACIEL DE SIMONI ORLANDI

PERCELA: ANTONIO DE PADUA ORLANDI

MARIA AUGUSTA MACIEL ORLANDI

NACIONALIDADE: BELO HORIZONTE-MG DATA DE NASCIMENTO: 17/8/1984

CAS. LV-297 FL-68

BELO HORIZONTE-MG

068578016-30

LETICIA ALESSO MACHADO ROSEDO

ASSISTENTE DO DIRETOR

PIC 1047

LEI Nº 94 DE 2003

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VÁLIDA AUTOMATICAMENTE  
O VERIFICANDO NACIONAL  
2216520653

NOME  
RAFAEL REZENDE MORALES

RG - EXATIDÃO FISCAL  
RG 72653-001 MG

CPF  
003.794.046-51

DATA NASCIMENTO  
14/02/1976

PROFISSÃO  
SERV. MANTEN.

NOME DO GRUPO RESERVA  
GRUPO

PRIMEIRO  
MIGUEL

SEC  
AB

CONTRAN  
AB

Nº REGISTRO  
01532424109

VIGÊNCIA  
26/04/2011

EXPIRAÇÃO  
03/03/1994

RESERVAÇÃO

Assinatura

ASSINATURA DO PORTADOR

CIDADE  
Belo Horizonte, MG

DATA EMISSÃO  
08/08/2023

ASSINADO DIGITALMENTE  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

54619257934  
88599013291

MINAS GERAIS

DENATRAN CONTRAN

## QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:  
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

**SERPRO / DENATRAN**